



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1003637-05.2014.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Ato / Negócio Jurídico**
 Requerente: **Pienzo Minimercado São Carlos VIII Ltda. ME**
 Requerido: **MC Leite e Derivados Rio Preto Comercio e Distribuição Ltda**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

DECIDO.

Trata-se de ação em que a autora alegou ter adquirido 250 caixas de leite da ré, constatando posteriormente que 160 tiveram problemas (as embalagens estavam estufadas e depois começaram a exalar forte odor de podridão).

Alegou ainda que a ré não deu solução alguma à pendência, de modo que almeja ao recebimento de indenização para ressarcimento dos danos materiais, morais e lucros cessantes que experimentou.

A distribuição do ônus da prova na hipótese dos autos obedece ao que prevê o art. 333 do Código de Processo Civil e nesse contexto incumbiria à autora a demonstração dos fatos constitutivos de seu direito.

Ela, porém, não o fez satisfatoriamente.

Com efeito, a petição inicial foi instruída com poucas mensagens eletrônicas em que a questão posta foi discutida, mas em momento algum se aludiu à quantidade das caixas do produto que tiveram o problema invocado.

Já as testemunhas inquiridas prestaram depoimentos uniformes confirmando o que asseverou a autora e deixando claro que não tinham condições de precisar em que extensão isso sucedeu.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Cleber Fernando da Silva chegou a mencionar o número aproximado de embalagens com vício, mas suas palavras permaneceram isoladas nos autos, sem qualquer apoio.

A conjugação desses elementos, aliada à inexistência de outros que apontassem para direção contrária, conduz à rejeição da pretensão deduzida.

Seria imprescindível que a autora comprovasse o que alegou, dimensionando com precisão os produtos que não puderam ser utilizados, mas ela não amealhou dados concretos que respaldassem no particular o relato exordial.

Bem por isso, não se cogita das indenizações por danos materiais e lucros cessantes, ausente lastro consistente que alicerçasse a explicação da autora.

Quanto aos danos morais, de igual modo não restaram patenteados.

Como o assunto concerne a pessoa jurídica, sabe-se que a indenização pertinente passa pela comprovação do abalo de sua imagem e há de ser precisa, como já decidiu o Egrégio Tribunal de Justiça:

“Já no que toca a indenização por danos morais, não se desconhece que a pessoa jurídica pode ser passível de sofrer abalo moral, tanto assim é que é o que dispõe a Súmula 227 do Superior Tribunal de Justiça: 'A pessoa jurídica pode sofrer dano moral'. Todavia, tratando-se de pessoa jurídica, o dano de natureza objetiva deve ser concreto, nada se presumindo a respeito” (TJ-SP, 3ª Câmara de Direito Privado, Apelação nº 0001925-07.2010.8.26.0220, rel. Des. **BERETTA DA SILVEIRA**, j. 31.07.2012).

No mesmo sentido: Apelação nº 0123816-35.2008.8.26.0100.

Assentada essa premissa, é certo que a autora não comprovou que a situação em apreço lhe tivesse objetivamente provocado abalo perante sua clientela, não tendo nenhum dos dados trazidos à colação indicado concretamente consequência dessa natureza.

As quantias postuladas, portanto, carecem de suporte.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

São Carlos, 01 de março de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**